

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO BARROS, NAS CONFERÊNCIAS "CGD / JORNAL DE NEGÓCIOS" SOB O TEMA "INTERNACIONALIZAÇÃO E INOVAÇÃO – FACTORES DIFERENCIADORES PARA A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS", NO AUDITÓRIO NOBRE DA UNIVERSIDADE DO MINHO, EM GUIMARÃES, NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2009

1. Introdução

Há pouco mais de um ano, num documento entregue ao Governo, na pessoa do Primeiro-ministro, pela AEP e que recolheu sugestões e o consenso de mais de uma centena de Associações Sectoriais e Regionais que integram o Conselho Superior Associativo, feito o diagnóstico dos principais problemas estruturais da economia portuguesa – perda de crescimento potencial e endividamento crescente face ao exterior – escrevíamos o seguinte (e passo a citar):

Para fazer face a estes problemas de fundo da economia portuguesa, torna-se urgente que as empresas portuguesas consigam ganhos de competitividade que possibilitem, numa conjuntura internacional mais difícil, aumentar as exportações conquistando maiores quotas de mercado. Para tal é essencial, por um lado, um esforço de contenção de custos, que passa necessariamente pela moderação salarial, mas sobretudo aumentos de produtividade através da inovação ao nível dos processos e dos produtos, organizativa e tecnológica, nas empresas produtoras de bens e serviços transaccionáveis.

Internacionalização, competitividade, e inovação são pois os três vértices do triângulo das prioridades para a economia portuguesa: internacionalização que só será possível com competitividade, competitividade que requer inovação.

Passado precisamente um ano, a conjuntura económica é muito diferente daquela que, então, tínhamos traçado. A crise económica internacional atingiu proporções que não esperávamos. Recebemos e percebemos os primeiros sinais de que o pior terá passado, que estará afastado o risco de uma depressão, e que teremos agora um período de estabilização (a um nível muito baixo) e uma recuperação muito gradual, para usar a expressão do Presidente do BCE. Dado o carácter excepcional desta crise, justificaram-se medidas também excepcionais. As atenções voltaram-se, aliás naturalmente, para o curto prazo. Mas, não obstante as preocupações inerentes à conjuntura, não podemos esquecer que os problemas de fundo da economia portuguesa se manterão, no cenário pós-crise. O que defendíamos há um ano atrás mantém, assim, a mesma actualidade e a mesma importância.

O tema que aqui nos traz, “Internacionalização e inovação – factores diferenciadores para a competitividade das empresas” corresponde por isso inteiramente às nossas preocupações e à nossa visão sobre o caminho a seguir.

2. Internacionalização

Começaria pela **internacionalização**. Trata-se, na verdade, de uma condição *sine qua non* do futuro do nosso País.

Desde há muitos anos que oiço caracterizar Portugal como uma pequena economia aberta. Gostaria de começar por desfazer (ou pelo menos relativizar) este lugar-comum.

Na verdade, **entre os países da União Europeia de dimensão comparável com a nossa, somos, a seguir à Grécia, a economia onde o peso das exportações no PIB é mais baixo**. Mais grave, desde a nossa adesão à então CEE, a parcela da nossa produção que é exportada aumentou uns meros 3,3 pontos percentuais (de 31,3% para 33,6%). Entre 1995 e 2008, as exportações austríacas passaram de 35% para 60% do PIB. Podemos pois concluir que, para a nossa dimensão, somos uma pequena economia demasiadamente fechada e que, ao contrário de tantos outros países, não temos sido capazes de aproveitar em nosso proveito as oportunidades que a integração europeia e, em geral, a globalização, nos abriram e nos abrem.

Outro facto que nos deveria preocupar é a **excessiva concentração das nossas exportações num número reduzido de empresas**. Em 2006, existiam em Portugal cerca de 28 000 empresas exportadoras, num total de cerca de 350 000, ou seja, apenas 8%, mas as 20 maiores representavam mais de 30% do total das nossas exportações.

Estes factos são demonstrativos do caminho que temos ainda de percorrer no sentido de uma maior internacionalização das nossas empresas. Caminho incontornável, se pensarmos que, como já referi, o aumento das exportações é imprescindível para ultrapassarmos não só a presente crise, mas sobretudo os graves problemas estruturais que persistirão depois da crise.

Uma via a seguir deverá ser a **diversificação dos mercados**. A presente crise económica mundial mostra-nos de forma eloquente a importância de reduzirmos a nossa dependência face ao nosso maior cliente, a Espanha, onde a crise é ainda mais profunda e cuja recuperação porventura tardará ainda mais, e mesmo face a um único bloco económico – a União Europeia – dependência essa que chegou a superar os 80%.

Em 2008, as exportações portuguesas para Angola, Singapura, Brasil e Rússia, tiveram crescimentos da ordem dos 20 e 30 por cento, contribuindo para compensar, em parte,

os decréscimos observados na maior parte dos nossos mercados tradicionais. Se a base de crescimento das nossas vendas para esses mercados emergentes fosse já mais significativa, estaríamos decerto numa situação muito mais confortável.

Assim, é imprescindível a diversificação, sobretudo para mercados onde temos maiores facilidades de penetração devido a laços históricos, à língua, à proximidade geográfica ou cultural, que nos proporcionam vantagens comparativas face a outros concorrentes. Há aqui uma vastidão de oportunidades de negócio que não podem permanecer inexploradas.

Concretamente, estou a falar de mercados como os PALOP, o Brasil, a África do Sul, os países árabes (muito particularmente o Magreb, de Marrocos à Líbia), o Irão.

Importa também que mais empresas portuguesas exportem, contrariando a grande concentração das nossas exportações num número reduzido de empresas. Talvez devesse ter dito antes: importa que mais empresas portuguesas adquiram as competências necessárias para exportar.

No entanto, para desenvolver e comportar essas competências é necessária a aquisição por parte das empresas de **dimensão crítica**. Esta é uma condição prévia para o sucesso da sua internacionalização. A dimensão das empresas não pode ser a mesma quando passamos de um mercado mais pequeno, mais próximo, e por vezes mais protegido, para um mercado à escala global e sem quaisquer tipos de restrições. Por isso o tema do redimensionamento das PME se coloca hoje com acrescida relevância.

Mais de 95% do tecido empresarial português é constituído por microempresas e apenas 0,1% do número total são grandes empresas. Situação que, aliás, não diverge muito do que se passa, por exemplo, em Espanha, onde a presença de PME é, também, muito relevante. Mas, a dimensão média das nossas PME é menor do que a dimensão média das PME espanholas ou, de um modo geral, das PME europeias.

Com uma dimensão média das PME inferior à portuguesa só encontramos a Grécia, economia que, como já vimos, revela um grau de internacionalização ainda inferior ao português, situação a que esta limitação não será certamente alheia.

Por isso, necessitamos de mecanismos de apoio à concentração empresarial, através de operações de aquisição e fusão ou de formas menos radicais, associações, acordos complementares de empresas, mas que levem a uma efectiva conjugação de esforços e recursos.

A AEP está activa, em numerosas frentes, no apoio à internacionalização das empresas:

No conjunto do ano de 2009, organizaremos perto de **30 acções** (missões empresariais e participação em feiras internacionais) em mercados emergentes onde detectamos oportunidades de negócio para as nossas empresas: Venezuela, Brasil, Polónia, Rússia, Emirados Árabes Unidos, Irão, Angola, Moçambique e África do Sul, Líbia, Argentina, Índia, China, Ucrânia, Arábia Saudita.

Ainda com o mesmo objectivo, a AEP assinou este ano **dois protocolos**, um com a **FILDA - Feira Internacional de Luanda** e outro com a **ZAO Expocentre, gestora do maior centro de feiras e congressos da Rússia, em Moscovo**, com vista à organização conjunta de feiras nestas duas cidades, através da Exponor. **Estão previstos protocolos semelhantes com as nossas congéneres em Teerão e em Tunis**. A actividade da **Exponor Brasil** será alargada a outras cidades, para além

de S. Paulo. A parceria com a Feira Internacional de Luanda já teve tradução prática com a realização do primeiro certame, de âmbito sectorial (a Export Home Angola), seguindo-se a EMAF - FIMAP Angola, em Novembro, e estando já previstas mais cinco feiras para 2010. Internacionalizando a actividade da nossa EXPONOR, estamos também a apoiar a internacionalização das empresas portuguesas. Também neste âmbito constituímos, em 30 de Junho, o Portugal Irão Business Council, em conjunto com a AIP – Associação Industrial Portuguesa e a Câmara de Comércio, Indústria e Minas de Teerão, e nomeámos o seu responsável em, Portugal, o Eng. Nader Haghghi, para promover as exportações, encorajar o comércio e o investimento bilateral e facilitar os contactos e o conhecimento dos nossos empresários sobre a cultura, a realidade e o ordenamento jurídico e legal daquele país.

Noutra frente, temos em marcha, o **programa Dimensão**, destinado precisamente a contribuir para a criação de condições favoráveis a movimentos de concentração, fusão e aquisição, de forma a proporcionar às empresas os ganhos de escala indispensáveis à sua internacionalização. Na concretização deste programa, a AEP está a trabalhar em parceria com o IAPMEI, articulando as respectivas actuações com vista a racionalizar meios e potenciar resultados.

Finalmente, integramos o **CCI - Conselho Coordenador da Internacionalização** constituído na passada sexta-feira e formado por cinco elementos nomeados pelas três grandes associações/confederações, AEP, AIP e CIP e cinco elementos nomeados pelo Governo.

Por proposta das três associações, este Conselho que reúne representantes do Ministério da Economia, do Ministério das Finanças e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como da AICEP e do IAPMEI, será presidido pelo Sr. Eng. Francisco Van Zeller.

O CCI tem por missão definir uma estratégia global para a internacionalização e uma metodologia para a implementação dessa estratégia, avaliar, ajustar e simplificar os mecanismos e tipologias de acções existentes e propor a criação de novos, definir estratégias e prioridades na aplicação de fundos e zelar pela boa coordenação entre as acções realizadas pelas entidades públicas e privadas. Este Conselho coordenará a acção dos Conselhos e das equipas para a competitividade, centradas nos pólos de competitividade, bem como dos diferentes grupos de trabalho para a implementação das medidas. Será ainda assessorado por um Conselho Consultivo, cujo Coordenador será proposto pelas três associações, e integrado por empresários, gestores e personalidades dos sistemas científico e tecnológico.

A meta que, conjuntamente com o Governo, definimos como resultado destas acções será elevar o peso das exportações portuguesas para 40% do PIB, o que poderá significar que mais alguns milhares de empresas passem a exportar regularmente.

3. Inovação

Temos pois perfeita consciência de que a internacionalização é fundamental, mas só será possível internacionalizar com competitividade.

Na verdade, as nossas empresas produtoras de bens e serviços transaccionáveis terão de conquistar elevados ganhos de produtividade, que possibilitem, num contexto de moderação salarial, reduzir os custos laborais unitários relativamente aos nossos concorrentes e assim aumentar a competitividade e conquistar quotas de mercado. Numa palavra, terão de produzir eficientemente.

Mas não basta produzir eficientemente, **é preciso vender eficazmente**. Para isso terão de alargar as suas cadeias de valor e adquirir as competências e conhecimentos necessários para conceberem de forma inovadora **produtos desejados e reconhecidos pelos mercados**, que devem ainda ser constantemente adequados, e colocarem-nos nesses mercados de forma a valorizá-los o mais possível.

Chegamos aqui à ideia de inovação. Inovação que não é necessariamente inovação disruptiva. É preciso reforçar a ideia de que inovação nem sempre requer grandes saltos; não se pode confundir com investigação e desenvolvimento. Sobretudo num país como o nosso, a inovação deve ser fundamentalmente incremental e, como tal, está ao alcance da generalidade das empresas, nas suas diversas vertentes: inovação ao nível dos produtos e dos processos; inovação tecnológica e organizacional, inovação também na vertente comercial. **Inovação é, acima de tudo, aquilo que o mercado reconhece como tal**. Esta noção alargada de inovação empresarial deve ser difundida ao nível das PME e devidamente apoiada pelos sistemas de incentivos às empresas. Porque só pela inovação conseguiremos valorizar aquilo que sabemos produzir.

Qual tem sido o nosso desempenho em matéria de inovação, no contexto da União Europeia? Um dos trabalhos de referência neste domínio é o **European Innovation Scoreboard**, desenvolvido por iniciativa da Comissão Europeia e que pretende precisamente medir e comparar os desempenhos dos vários Estados-Membros em matéria de inovação. Permitam-me, pois, uma **breve incursão sobre os resultados que podemos extrair do último relatório**, relativo ao ano de 2008.

Neste exercício, a Comissão utiliza como instrumento principal o Summary Innovation Index (SII), um indicador compósito que integra 29 indicadores, agrupados em três dimensões: “Enablers” (que integra indicadores relativos a factores externos às empresas, tais como **os recursos humanos e as condições de financiamento e de suporte à inovação**); “Firm activities” (referente a indicadores que medem os esforços de inovação por parte das empresas) e “Outputs” (que contempla indicadores que pretendem medir os resultados obtidos).

No seio da UE a 27, Portugal, ocupa a 17^a posição, tendo subido cinco lugares relativamente à última edição e passado do grupo de países europeus eufemisticamente apelidados de "Catching-up" (o de pior desempenho) para o grupo de inovadores moderados ("Moderate innovators"). Neste grupo, Portugal assume a posição líder em termos de crescimento, a seguir ao Chipre, colocando-se à frente de oito Estados-Membros (onde se incluem a Espanha e a Itália).

Com efeito, se na maioria dos indicadores que integram o índice compósito o nosso país se encontra muito abaixo da média comunitária, por outro lado, regista uma taxa de progresso acima do dobro da média da UE a 27 (4,9%, contra 2,3%, respectivamente, em termos de variação do valor global do SII). Portugal é assinalado como o quinto país com maior progresso relativo.

Estes dados não escondem o atraso relativo de Portugal, associado a factores que têm sobretudo a ver com entraves estruturais do nosso país, em particular com o baixo nível educacional, com limitações ao nível do potencial de inovação, e não com uma eventual menor predisposição das empresas e dos empresários para inovar.

Contudo, em termos de evolução, os dados são bastante animadores.

O relatório salienta a evolução verificada nos indicadores relativos à qualificação dos recursos humanos, destacando, entre outros, os bons resultados ao nível da evolução do número de licenciados e de doutorados nas áreas das ciências/engenharia.

Portugal aparece igualmente bem posicionado na categoria que mede os esforços de inovação por parte do sector empresarial privado, registando uma evolução muito favorável do peso, no PIB, dos gastos em I&D assegurados pelas empresas.

Portugal foi o quinto país europeu com maior crescimento (melhoria) no indicador relativo aos efeitos económicos da inovação (onde se incluem indicadores como o peso do emprego em sectores de média e alta tecnologia e o peso da exportação de produtos industriais de média e alta intensidade tecnológica nas exportações globais).

Também os indicadores sobre a percentagem de despesas em I&D no PIB são animadores. Em dez anos duplicámos essa percentagem. Com um valor de 1,18% do PIB, aproximamo-nos do nível atingido pela Espanha e pela Irlanda (1,3%), superando a Itália (1,1%). Estamos, contudo, muito longe dos 3% fixados pela União Europeia para 2010 como objectivo a atingir. **Também muito positivo é o facto de muito deste esforço se dever às empresas, que, pela primeira vez, ultrapassaram o valor da despesa em I&D realizada pelo Estado.**

Apesar disso, conhecemos as nossas debilidades neste domínio:

- É ainda baixa a percentagem de projectos de I&D que se transformam em projectos comerciais com sucesso. A maior parte perde-se e fica apenas a servir como *curriculum* dos próprios investigadores e esgota-se na publicação dos *papers* respectivos.

- Torna-se importante vincar o facto de a inovação passar por produtos, processos ou ideias para exploração comercial;
- Apesar de alguns progressos recentes, a investigação sediada nas Universidades e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional está ainda muito afastada do mundo empresarial;
- A composição do tecido humano, a dimensão e a capacidade económica das PME continuam a ser fortes bloqueios à inovação;
- O esforço de I&D permanece muito concentrado em sectores liderados por empresas com a dimensão crítica para o poderem fazer, como a energia, as comunicações, o sistema financeiro e segurador e a indústria automóvel, ou de sectores que são contagiados pela pressão do mercado, como o sector informático. Neste conjunto de sectores, a produção de bens transaccionáveis, e portanto exportáveis, tem ainda um peso muito reduzido.

A primeira conclusão a retirar é de que o conhecimento gerado pelo nosso sistema de I&D fica ainda aquém do que seria desejável e, como o tecido empresarial não o aproveita suficientemente, não é capaz de se traduzir em inovação. Uma das medidas que temos defendido para alterar esta realidade é a de que **um dos critérios do financiamento público à actividade das instituições de I&DT seja o montante de receitas provenientes de contratos estabelecidos com empresas.**

A segunda conclusão é de que nada há de inelutável no nosso atraso, de que existe (ao contrário do que muitas vezes se pensa) apetência nas nossas empresas para a inovação e de que vale a pena continuar a agir para alterar uma realidade que ainda nos é desfavorável.

Também na frente da inovação, a AEP está activa: **lançámos em Junho um programa que promove um conceito inovador de “MELHORAR A PRODUTIVIDADE PELA INOVAÇÃO”** e que agrega preocupações de:

- sensibilização para a inovação;
- dinamização da gestão das actividades de investigação, desenvolvimento e inovação, e sua certificação;
- promoção e difusão da propriedade industrial como ferramenta indispensável para um bom desempenho em matéria de inovação;
- programas de *benchmarking* e *scoring* tais como mecanismos de diagnóstico e avaliação do posicionamento competitivo das empresas e definição de planos de oportunidades de melhoria, que deverão integrar um conjunto de recomendações disponíveis para serem posteriormente implementadas, quer numa lógica de intervenções de curto prazo quer de estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo.

Este programa vai ser implementado nas regiões integradas no Objectivo Convergência: Norte, Centro e Alentejo. É assim, assumidamente, **um programa com objectivos de diminuição das assimetrias regionais no que respeita à distribuição de recursos, competências e pessoas qualificadas para inovar**, assimetrias que acentuam o atraso das regiões já de si menos favorecidas.

A este propósito, terminaria citando a Comissária europeia Danuta Hübner, sobre a suposta conflitualidade entre os objectivos de equidade e eficiência, no âmbito das políticas de base territorial. De acordo com a Comissária, o debate “equidade versus eficiência”, ou “coesão versus competitividade”, foca as atenções na questão errada: na verdade, as disparidades económicas persistentes entre regiões são, em si mesmas, fonte de ineficiência, dado que a subutilização de trabalhadores e de capacidade produtiva em regiões em atraso ou com pior desempenho significa que a riqueza nacional é menor do que aquilo que poderia ser.

Assim, políticas que aumentem a utilização e a produtividade dos recursos humanos e do capital nessas regiões aumentarão o desempenho económico agregado. Continuar a concentrar recursos onde eles já estão demasiadamente concentrados só perpetuará uma situação que queremos e podemos alterar, para benefício de toda a sociedade portuguesa.

4. Financiamento

Para terminar, não poderia deixar de me referir a uma condição necessária tanto à internacionalização como à inovação: o acesso ao financiamento. Sem financiamento adequado, tudo aquilo que tive oportunidade de referir sobre a necessidade de internacionalização e de inovação soará a milhares e milhares de empresas portuguesas (nomeadamente as PME) como um discurso inconsequente e vazio.

Apesar dos sinais de que o início da recuperação económica não estará longe, o financiamento das empresas permanece limitado, do lado da oferta, por diversas razões: num contexto em que a saúde do sistema bancário internacional ainda não foi totalmente restabelecida, o custo do financiamento da banca nos mercados financeiros internacionais permanece alto, repercutindo-se nos *spreads*; além disso, as regras de supervisão e os rácios de solvabilidade tornaram-se mais exigentes, limitando a capacidade de concessão de crédito. Por outro lado, a percepção do risco é mais aguda e a aversão ao risco mais generalizada.

Gostaria de contrapor, a este propósito, que não é verdade que, numa situação de pós-crise, o risco comercial seja maior: a crise levou a uma clarificação e depuração no tecido empresarial; as empresas que sobreviveram demonstraram uma boa capacidade; as piores empresas, que estavam a perturbar o bom funcionamento do mercado, não terão resistido, tornando assim o mercado mais concorrencial.

Não podemos também esquecer o forte apoio que a banca tem recebido do Estado e a grande vantagem da partilha de risco e da redução do consumo de capitais próprios que decorre do papel central que o sistema de garantia mútua desempenhou (e desempenha ainda), através das linhas de crédito PME Investe, no financiamento às empresas.

Justifica-se, neste contexto, uma alteração na atitude da banca, tornando-se mais proactiva na concessão de crédito, adequando a maturidade do mesmo às necessidades de investimento das empresas e moderando o seu custo.

É certo que a saúde da economia depende em muito da saúde do sistema financeiro. Mas é também verdade que a saúde do sistema financeiro depende da saúde da economia real. É do próprio interesse da banca contribuir activa e responsabilmente no desafio do pós-crise, cumprindo a sua função.